

CARVALHO, Flávio Rey de (2021). *Entre Luzes e Trevas – O Padroado e a Gênese da Reforma da Universidade de Coimbra*. Curitiba: Editora Appris, 325 pp., ISBN: 9786558207306.

A obra de Flávio Rey de Carvalho é o resultado da sua tese de doutoramento, realizada na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, defendida em 2019. Dois anos mais tarde, mereceu a sua publicação, numa obra densa e cativante. Baseada em várias e diversas fontes primárias, contém leituras pertinentes e atualizadas sobre a temática em estudo.

A obra pretende, de acordo com o autor, estudar a correlação entre a reforma universitária portuguesa, ocorrida na segunda metade do século XVIII, e o padroado português. É, de facto, como o próprio argumenta, uma abordagem inovadora e (até agora) com pouca repercussão na historiografia. Esta escolha orientou a obra, delineando como objetivo, a análise dos fatores políticos e religiosos que influenciaram e permitiram o desenvolvimento do direito do Padroado em Portugal até ao século XVIII.

A hipótese que aí se apresenta é a de que, um dos fatores para a reforma pedagógica e científica da Universidade, teria sido o desenvolvimento do direito do padroado, favorecido por uma atitude regalista dos reformadores portugueses, e, em menor grau, a tensão com a Companhia de Jesus. Evidenciando o aspeto da afirmação/expansão do poder do Estado, recorre a categorias como “modernidade/ordem e tradições recapituladas” para analisar a relação de forças e o objetivo central desta ampla reforma educativa.

Desta forma, *Entre Luzes e Trevas*, está dividido em duas partes, num total de quatro capítulos. Na primeira, o autor, procede a uma análise interpretativa do movimento do Iluminismo em Portugal, inserindo-o no contexto europeu. Contudo, o contributo mais desafiante deste estudo localiza-se na segunda parte, designadamente nos capítulos três e quatro. Aí se examinam, de forma detalhada, as raízes do direito de padroado e a sua relação com a reforma da universidade.

Primeiro analisa a relação entre o Estado e a Igreja, através dos “antecedentes do direito de padroado” e, de seguida, a ligação do padroado com a reforma universitária. No quarto capítulo, defende que o reforço do exercício do direito de padroado (nos séculos XV e XVI) teria impulsionado as ideias regalistas, processo que teve o seu zénite nas reformas pombalinas, que incluíram a reforma da Universidade.

Metodologicamente, o autor optou por considerar que o padroado português está ligado aos primórdios da criação da Universidade portuguesa através

da sua incorporação no direito canônico ainda durante os séculos XII e XIII. Esta ligação foi depois fortalecida nos séculos XV e XVI, através da expansão da coroa nas esferas políticas e religiosas; mas também educativas, como por exemplo, através da figura do protetor da Universidade, descrito nos estatutos. A manutenção do papel do protetor, nas reformas estatutárias seguintes, terá possibilitado a reforma de 1772, com o objetivo de criar uma Universidade capaz de servir convenientemente os interesses do estado.

Para isso, acrescenta o mesmo, os reformadores portugueses terão definido uma estratégia discursiva baseada na ideia de “decadência” da Universidade e de determinadas ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, para a implementação de um “ideal de regalismo”.

O autor também identifica as alterações políticas ocorridas entre as décadas de 1640 e 1670, período segundo o qual ocorreu uma contestação ao padroado português, devido ao corte de relações com a Santa Sé após a restauração plena da autonomia de Portugal. Como aqui se defende, isso teria constituído a base para o desenvolvimento de ideias regalistas que, em 1772, “culminariam na reestruturação do ensino universitário”. Este exercício é especialmente necessário no sentido de ligar a ideia do direito de padroado com a reforma da Universidade. Porém, a ampla reforma de 1772 foi possível na medida de que as várias alterações estatutárias, desde a fixação da Universidade em Coimbra, sempre privilegiaram uma diminuição de poder da instituição e um aumento do poder central. Um claro sintoma deste processo, para além da evolução do papel do protetor, residiu nas várias transformações da posição de reitor. A predileção por controlar os cargos simbólicos e de poder efetivo, foi parte de uma estratégia clara de tomada de controlo daquela que foi durante bastante tempo a única instituição universitária portuguesa.

Expressões como “luz”, “sombras” ou “trevas”, que refletem o discurso da época em estudo, e às quais o autor recorre sistematicamente, demonstram-nos essa estratégia de remoção de forças adversas aos interesses dos reformadores portugueses, mas também a valorização de novos saberes. Foi evidente, nesta terceira vaga de reformas universitárias, ocorrida no espaço europeu, a introdução de vários saberes que procuraram ir ao encontro de problemas locais/nacionais. A valorização de conhecimentos associados à medicina, tiveram como motivação a necessidade de promover uma resposta adequada às necessidades de saúde pública. Nesse sentido, a escolha de determinados tipos de saber não surge apenas como forma de afirmação de poder de uma autoridade central, mas também como instrumentalização de uma instituição de ensino na resposta a problemas concretos. Como seria de esperar, esta luta contra as “trevas” levou a reações dentro da própria universidade contra os docentes de novas

disciplinas. A oposição entre modernidade e tradicionalismo estava plasmada nesta tensão. Tal como acontecera em Espanha, em Portugal a modernidade possível surgiu muito em função do seu fundo iluminista católico.

A obra aqui analisada pode ser um contributo para a temática das relações entre as instituições universitárias e outros poderes, porque através do caso da Universidade de Coimbra, examina a extensão da influência dos órgãos de tutela centrais (Ministérios, Conselhos, etc.) sobre os vários aspetos da vida universitária, realidade patente noutros territórios europeus da época.

O contributo do autor foi claramente enriquecido pela ampla análise estatutária, demarcando os momentos cimeiros de uma interferência clara na gestão/destinos da instituição coimbrã. Quer seja na sua vertente pedagógica, científica, administrativa ou económica. Por fim, o autor enuncia os novos caminhos a seguir no estudo da história da Universidade de Coimbra, nomeadamente a narrativa decadentista.

CARLOS FERNANDO TEIXEIRA ALVES

Universidade Católica Portuguesa, CEHR (jPICH/0003/2019) | Universidade de Coimbra, CHSC
cftalves@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0058-7262>

